



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA - Ramal: 1116 - auditoria@trt9.jus.br

PLANO ANUAL DE AUDITORIA

Exercício 2026

Novembro de 2025



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA - Ramal: 1116 - auditoria@trt9.jus.br

Secretaria de Auditoria Interna

Fabricio Teilo de Araujo

Seção de Auditoria de Gestão de Licitações e Contratos

Laura Borges de Carvalho Lopes de Araujo
Rafael Netto Arruda

Seção de Auditoria de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Anamaria Rogerio Roffé

Seção de Auditoria de Gestão de Pessoas

Geraldo Panasco
Dirce Druciak



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. METODOLOGIA DE AUDITORIA BASEADA EM RISCOS - ABR	4
3. PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS	5
3.1. PROCESSOS CRÍTICOS DE NEGÓCIO	5
3.2. CLASSIFICAÇÃO DOS TRABALHOS SELECIONADOS	6
4. PLANO ANUAL DE AUDITORIA CONSOLIDADO	6
4.1. OBRIGAÇÃO NORMATIVA	6
4.2. INTERLOCUÇÃO COM AS ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES - EFS	7
4.3. ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO	7
4.4. ATIVIDADES DE CONSULTORIA	7
4.5. MONITORAMENTO DE RECOMENDAÇÕES	7
4.6. ATIVIDADES DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE	8
4.7. TRATAMENTO DE DEMANDAS EXTRAORDINÁRIAS	8
5. PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DE AUDITORIA (PAC- AUD)	10
6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	11
7. ESTIMATIVA E DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	13
8. RESULTADOS ESPERADOS	14
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
ANEXO – AUDITORIAS PLANEJADAS (RESOLUÇÃO CNJ 309/2020, art. 38, III)	



1. INTRODUÇÃO

O presente Plano Anual de Auditoria apresenta as atividades que serão desenvolvidas pela Secretaria de Auditoria Interna (Audint) no exercício de 2026, em harmonia com as estratégias e os objetivos do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-PR), e nos termos das seguintes normas:

- Resolução CNJ 309/2020, que aprova as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário - DIRAUD-Jud;

- Resolução CSJT 282/2021, que aprova o Estatuto de Auditoria Interna da Justiça do Trabalho e o Código de Ética das Unidades de Auditoria Interna da Justiça do Trabalho;

- Ato TRT9 93/2019, que dispõe sobre os processos de trabalho da Secretaria de Auditoria interna;

- Ato TRT9 228/2019, que institui o Estatuto de Atividades de Auditoria Interna do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (referendado pela Resolução Administrativa 109/2019 do Tribunal Pleno);

- Regulamento Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, arts. 237 a 241 (Despacho Presidência ID 11064267 - Veto).

O objetivo do PAA é estabelecer a estratégia geral dos trabalhos de auditoria a serem executados no âmbito do TRT-PR em 2026, considerando-se a metodologia adequada e correspondente à natureza das atividades e o uso eficiente dos recursos humanos e materiais disponíveis.

2. METODOLOGIA DE AUDITORIA BASEADA EM RISCOS - ABR

O processo da auditoria de gestão de riscos requer a realização de quatro etapas: Entendimento da Organização, Planejamento, Execução e Relatório. O Plano Anual de Atividades está inserido na etapa de Planejamento.

Para o TCU¹, a auditoria de gestão de riscos tem o propósito de avaliar a maturidade, os princípios, a estrutura e demais elementos do processo de gerenciamento de riscos colocados em prática pela instituição, incluindo os processos de planejamento estratégico, de governança, finalísticos e de apoio, além dos programas, projetos e atividades relevantes para os objetivos estratégicos da organização. A partir dessa avaliação é possível identificar, analisar, tratar e comunicar os riscos que possam impactar o alcance dos objetivos e, por conseguinte, os resultados que devem ser entregues à sociedade na forma de bens e serviços públicos.

¹ **Gestão de Riscos: Avaliação da Maturidade**, pp. 10/11. Disponível em <https://portal.tcu.gov.br/data/files/0F/A3/1D/0E/64A1F6107AD96FE6F18818A8/Gestao_riscos_avaliacao_maturidade.pdf>. Acesso em novembro de 2025.



As Normas Globais de Auditoria Interna, que compõem a Estrutura Internacional de Práticas Profissionais do Instituto de Auditores Internos (IIA/IPPF), por sua vez, orientam que o plano de auditoria deve ser baseado em uma avaliação dos riscos, estratégias e objetivos da organização (Norma 9.4²).

A equipe de auditoria, portanto, deve ter um entendimento abrangente da organização, de seu ambiente, estrutura e funcionamento, com o fim de contribuir - por meio das práticas de gestão de riscos - para um melhor desempenho na execução de seus serviços, na entrega de valor à sociedade e no cumprimento de sua missão institucional.

Diante disso, o PAA baseou-se na identificação dos riscos até então mapeados pela instituição³, em dados provenientes dos Relatórios de Gestão, de auditorias e de levantamentos internos e das Entidades Fiscalizadoras Superiores - EFS (TCU, CNJ e CSJT), bem como no julgamento profissional dos servidores da Secretaria de Auditoria Interna.

3. PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS

Com o fim de adaptar a estrutura de elaboração dos planos anuais e de longo prazo aos conceitos de Auditoria Baseada em Riscos, aos comandos das Entidades Fiscalizadoras Superiores e aos objetivos estratégicos institucionais, estabeleceram-se os seguintes critérios para escolha das atividades que compõem o presente PAA:

- a) análise dos processos críticos de negócio geridos pelas unidades administrativas, com base nos riscos mapeados e em dados provenientes dos Relatórios de Gestão, de auditorias e de levantamentos internos e das EFS;
- b) classificação dos trabalhos de auditoria baseados nas boas práticas de auditoria ratificadas pelas EFS e utilizadas pelas unidades de auditoria interna da administração pública;
- c) ações de auditoria previstas no Plano de Auditoria de Longo Prazo.

3.1. PROCESSOS CRÍTICOS DE NEGÓCIO

- Gestão de contratos;
- Aquisição de bens e serviços;
- Gestão de material e patrimônio;

² Disponível em <<https://iiabrasil.org.br/korbillload/upl/editorHTML/uploadDireto/globalinternala-editorHTML-00000008-07052024134230.pdf>>. Acesso em novembro de 2025.

³ No TRT-9 o gerenciamento de riscos encontra-se instituído pela Política 56/2021, referendada pela Resolução Administrativa 59/2021 do Tribunal Pleno.



- Administração e fiscalização de obras e serviços de engenharia, incluindo manutenção predial;
- Gestão contábil, orçamentária e financeira;
- Segurança da informação;
- Governança e gestão de TIC;
- Gestão de pessoas;
- Gestão da estratégia;
- Gestão de riscos.

3.2. CLASSIFICAÇÃO DOS TRABALHOS SELECIONADOS

- Obrigação Normativa;
- Interlocução com as Entidades Fiscalizadoras Superiores - EFS;
- Atividades de Avaliação;
- Atividades de Consultoria;
- Monitoramento das Recomendações;
- Atividades de Gestão e Melhoria da Qualidade;
- Capacitação dos Auditores Internos;
- Tratamento de Demandas Extraordinárias.

4. PLANO ANUAL DE AUDITORIA CONSOLIDADO

4.1. OBRIGAÇÃO NORMATIVA

- 4.1.1. Avaliar a legalidade de Atos de Pessoal (admissão, aposentadoria e pensão civil), nos termos da Instrução Normativa TCU 78/2018.
- 4.1.2. Coordenar o monitoramento de indícios no Módulo Indício do Sistema e-Pessoal do TCU, de acordo com o Ato TRT9 93/2019.
- 4.1.3. Assinar o Relatório de Gestão Fiscal, conforme art. 54, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



- 4.1.4. Avaliar, por meio da emissão de relatório e certificado de auditoria, as demonstrações contábeis, nos termos da Instrução Normativa TCU 84/2020, conforme detalhado no Anexo (Auditoria Planejada - Resolução CNJ 309/2020, art. 38, III).

4.2. INTERLOCUÇÃO COM AS ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES - EFS

- 4.2.1. Coordenar o cumprimento de diligências do TCU.
- 4.2.2. Coordenar o cumprimento de auditorias específicas, integradas ou sistêmicas das EFS, quando solicitado à unidade, e, ainda, a execução de Ações Coordenadas de Auditoria do CNJ e do CSJT, com temas a serem definidos pelos Conselhos (Auditoria Planejada - Resolução CNJ 309/2020, art. 38, III).

4.3. ATIVIDADE DE AVALIAÇÃO

- 4.3.1. Auditoria sobre a gestão de riscos institucionais, conforme detalhado no anexo (Auditoria Planejada - Resolução CNJ 309/2020, art. 38, III)

4.4. ATIVIDADES DE CONSULTORIA

- 4.4.1. Acompanhar os Comitês de Governança, Fóruns e Grupos Institucionais (locais, regionais e nacionais).
- 4.4.2. Acompanhar a evolução da maturidade em governança e controles internos com base nos referenciais e levantamentos do TCU e de outras instituições reconhecidas.
- 4.4.3. Realizar, nos termos das Resoluções CNJ 309/2020 (arts. 58 a 61) e CSJT 282/2021 (arts. 18 a 20), atividade de assessoramento, aconselhamento ou treinamento, sobre assuntos estratégicos da gestão, relacionados a processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos administrativos, e cuja natureza, prazo e escopo sejam previamente acordados com o solicitante.

4.5. MONITORAMENTO DE RECOMENDAÇÕES

- 4.5.1. Monitorar os planos de ação - Relatório de Auditoria Audint 2/2025 - referentes à auditoria financeira, integrada com conformidade, nas contas do TRT-PR do exercício de 2024.



- 4.5.2. Promover, em razão do decido pelo CSJT no processo CSJT-MON-1000897-10.2025.5.90.0000, continuidade ao monitoramento dos planos de ação elaborados por força do acórdão CSJT-A-2201-66.2022.5.90.0000, que homologou o relatório de auditoria da SECAUDI/CSJT referente à ação coordenada de avaliação da gestão da segurança da informação nos Tribunais Regionais do Trabalho.
- 4.5.3. Monitorar os planos de ação - Relatório de Auditoria Audint 1/2025 - referentes à ação coordenada de auditoria do CNJ sobre a participação institucional feminina no Poder Judiciário.

4.6. ATIVIDADES DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE

- 4.6.1. Aprimorar a metodologia de gestão das auditorias, consideradas as fases de iniciação, planejamento, execução e encerramento, permeadas pela fase de monitoramento e controle.
- 4.6.2. Aprimorar o modelo do plano anual de auditoria com base em riscos.
- 4.6.3. Supervisionar os trabalhos de auditoria.
- 4.6.4. Prosseguir a implementação do Programa de Qualidade de Auditoria (Res CSJT 371/2023).
- 4.6.5. Reportar os relatórios de auditoria às instâncias necessárias.
- 4.6.6. Elaborar o Plano Anual de Auditoria para 2027.
- 4.6.7. Elaborar a Estratégia de Auditoria Interna.
- 4.6.8. Elaborar o Relatório Anual de Atividades de 2025.

4.7. TRATAMENTO DE DEMANDAS EXTRAORDINÁRIAS

Caso exista a necessidade de dar tratamento a eventuais demandas extraordinárias ou imprevistas no presente plano, a Secretaria de Auditoria Interna poderá, nos termos das Resoluções CNJ 309/2020 (arts. 25, V, e 58 a 61) e CSJT 282/2021 (arts. 16, V, 18 e 19), realizar auditoria especial, com o objetivo de examinar fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, para atender solicitação expressa de autoridade competente.

A fim de mitigar os riscos que possam importar conflitos de interesse ou ausência de segregação de funções, devem ser observadas algumas vedações e salvaguardas acerca da atuação dos servidores para assegurar a independência e objetividade no desempenho da atividade de auditoria interna, sendo-lhes vedado, de acordo com o art. 20 da Resolução CNJ 309/2020:



I - implementar controles internos e gerenciar o processo de gestão de riscos;

II - participar diretamente na elaboração de normativos internos que estabeleçam atribuições e disciplinamento das atividades operacionais das unidades orgânicas;

III - preparar registros ou atuar em outra atividade que possa prejudicar a atuação imparcial;

IV - ter responsabilidade ou autoridade operacional sobre atividade auditada, ou exercer atividades próprias e típicas de gestão.

Com o objetivo de atuar de forma proativa e fomentar as reflexões e a implantação efetiva das melhores práticas de governança, gestão de riscos e controles internos em relação a todas as linhas de defesa da instituição, deve ser considerado o Modelo das Três Linhas do Instituto de Auditores Internos⁴, reforçado nas Resoluções CNJ 309/2020 (arts. 2º, IV⁵) e CSJT 282/2021 (arts. 2º, IV, 4º, 29, II e 30, II), conforme diagrama abaixo:

⁴ Disponível em <<https://iiabrazil.org.br/korbillload/upl/editorHTML/uploadDireto/20200758glob-th-editorHTML-00000013-20082020141130.pdf>>. Acesso em novembro de 2025.

⁵ “Art. 2º Para os fins deste normativo considera-se:

(...)”

IV – Linhas de Defesa – modelo de gerenciamento de riscos, fomentado internacionalmente, que consiste na atuação coordenada de três camadas do órgão, com as seguintes responsabilidades e funções:

a) 1ª Linha de Defesa: contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio, e é responsável por:

1. instituir, implementar e manter controles internos adequados e eficientes;
2. implementar ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles internos;
3. identificar, mensurar, avaliar e mitigar riscos;
4. dimensionar e desenvolver os controles internos na medida requerida pelos riscos, em conformidade com a natureza, a complexidade, a estrutura e a missão da organização; e
5. guiar o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.

b) 2ª Linha de Defesa: contempla os controles situados ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela 1ª linha de defesa sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada, tendo como principais responsabilidades:

1. intervenção na 1ª linha de defesa para modificação dos controles internos estabelecidos; e
2. estabelecimento de diversas funções de gerenciamento de risco e conformidade para ajudar a desenvolver e/ou monitorar os controles da 1ª linha de defesa.

c) 3ª Linha de Defesa: representada pela atividade de auditoria interna, é responsável por avaliar as atividades da 1ª e 2ª linhas de defesa no que tange à eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, mediante a prestação de serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.”

⁶ “Art. 4º A missão da auditoria interna é aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliações e consultorias objetivas, baseadas em risco, sobre a eficácia dos processos de governança, de gestão de riscos e de controles internos, atuando na 3ª linha de defesa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho.”



5. PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DE AUDITORIA (PAC- AUD)

Nos termos dos artigos 69 da Resolução CNJ 309/2020 e 30, IX, da Resolução CSJT 282/2021, e com o fim desenvolver as competências técnicas e gerenciais necessárias à formação de auditores, registra-se proposta mínima de capacitação dos servidores da Secretaria de Auditoria Interna para a execução do PAA de 2026:

Ação de Auditoria	Conhecimentos Específicos	Capacitação	Tempo de formação	Nº Servidores
Formação geral de auditor	Atualização de conhecimentos referentes às novas normas internacionais de auditoria interna	Curso Normas Globais de Auditoria Interna	32 horas	6
Formação geral de auditor	Formação inicial de auditor	Curso Audi 1 EOP	24 horas	1



6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividades	Período previsto
Obrigação Normativa	
Avaliar a legalidade de Atos de Pessoal (IN TCU 78/2018)	Em todo o exercício
Coordenar o monitoramento de indícios no Módulo Indício do Sistema e-Pessoal do TCU	Em todo o exercício
Assinar o Relatório de Gestão Fiscal (LC 101/2000, art. 54)	1º, 2º e 3º quadrimestres
Avaliar, por meio da emissão de relatório e certificado de auditoria, as demonstrações contábeis (IN TCU 84/2020 - Auditoria Planejada - Resolução CNJ 309/2020, art. 38, III)	1º e 3º quadrimestres
Interlocução com as Entidades Fiscalizadoras Superiores - EFS	
Coordenar o cumprimento de diligências do TCU	Em todo o exercício
Coordenar, quando requisitado à unidade, o cumprimento de auditorias específicas, integrada ou sistêmicas das EFS no TRT-PR	Em todo o exercício
Ações Coordenadas de Auditoria do CNJ e do CSJT (Auditorias Planejadas - Resolução CNJ 309/2020, art. 38, III)	1º semestre
Avaliação	
Auditoria sobre a gestão de riscos institucionais (Auditoria Planejada - Resolução CNJ 309/2020, art. 38, III)	3º e 4º trimestres
Consultoria	
Acompanhar os Comitês de Governança, Fóruns e Grupos Institucionais (locais, regionais e nacionais)	Em todo o exercício
Acompanhar a evolução da maturidade em governança e controles internos com base nos referenciais e levantamentos do TCU e de outras instituições reconhecidas	Em todo o exercício
Realizar, nos termos das Resoluções CNJ 309/2020 (arts. 58 a 61) e CSJT 282/2021 (arts. 18 a 20), atividades de assessoramento, aconselhamento ou	Em todo o exercício



treinamento, sobre assuntos estratégicos da gestão, relacionados a processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos administrativos, e cuja natureza, prazo e escopo deverão ser acordados com o solicitante	
Monitoramento das Recomendações	
Monitorar os planos de ação - Relatório de Auditoria Audint 2/2025 - referente à auditoria financeira, integrada com conformidade, nas contas do TRT-PR do exercício 2024.	1º trimestre
Promover, em razão do decido pelo CSJT no processo CSJT-MON-1000897-10.2025.5.90.0000, continuidade ao monitoramento dos planos de ação elaborados por força do acórdão CSJT-A-2201-66.2022.5.90.0000, que homologou o relatório de auditoria da SECAUDI/CSJT referente à ação coordenada de avaliação da gestão da segurança da informação nos Tribunais Regionais do Trabalho.	3º trimestre
Monitorar os planos de ação - Relatório de Auditoria Audint 1/2025 - referentes à ação coordenada de auditoria do CNJ sobre a participação institucional feminina no Poder Judiciário.	2º trimestre
Gestão e Melhoria da Qualidade	
Aprimorar a metodologia de gestão das auditorias	Em todo o exercício
Aprimorar o modelo do plano anual de auditoria com base em riscos	Em todo o exercício
Supervisionar os trabalhos de auditoria	Em todo o exercício
Implementar Programa de Qualidade de Auditoria (Res CSJT 371/2023)	Em todo o exercício
Publicar e reportar os relatórios de auditoria às instâncias necessárias	Em todo o exercício
Elaborar o Plano Anual de Auditoria para 2027	4º trimestre
Elaborar a Estratégia de Auditoria Interna	4º trimestre
Elaborar o Relatório Anual de Atividades de 2025	2º trimestre
Capacitação dos Auditores Internos (PAC-Aud)	
Curso Normas Globais de Auditoria Interna	2º semestre
Curso Audi 1 EOP	1º semestre



7. ESTIMATIVA E DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho da Secretaria de Auditoria Interna para o exercício de 2026 será distribuída com base em seis segmentos de atividade: obrigação normativa, interlocução com as Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS), avaliação, consultoria, monitoramento e capacitação.

Com o fim de otimizar a alocação da força de trabalho nas ações dos segmentos de atividade de auditoria, estabeleceu-se uma escala de medida da força de trabalho denominada Hora-Auditor (HA).

A força de trabalho da Audint desempenha tanto atividades finalísticas – auditoria e consultoria – como administrativas. Assim, a métrica HA foi utilizada não apenas para avaliar o esforço requerido no desenvolvimento das iniciativas relacionadas às atividades de auditoria interna, mas, também, para orientar as ações de gestão da unidade e de capacitação da equipe.

Foram consideradas os seguintes parâmetros para calcular a quantidade de HA para o exercício de 2026:

a) dias úteis no ano, com base no calendário publicado pelo TRT-PR para o exercício de 2026, subtraída a média dos períodos de afastamento dos servidores nos três exercícios anteriores, relacionados a direitos assegurados por lei (férias, licença para tratamento de saúde, etc);

b) quantidade de horas diárias trabalhadas por servidor da Secretaria de Auditoria Interna; e,

b) quantidade de servidores da Audint, excluído o dirigente da unidade, uma vez que desempenha, essencialmente, conforme arts. 28 da Resolução CNJ 309/2020 e 31 da Resolução CSJT 282/2021, a função de supervisão e gestão das atividades desenvolvidas.

O quadro abaixo demonstra como foi realizado o cálculo da quantidade de HA para o exercício de 2026:

Parâmetro	Quantidade	Fonte da Informação
Dias úteis do ano	230	Calendário publicado pelo TRT-PR para o exercício de 2026 ⁷
Dias de férias	22 (úteis)	Res CSJT 162/2016
Dias de afastamento (média últimos 3 anos)	7	Levantamento interno
Estimativa de dias úteis líquidos	201	Cálculo (= 230 – 22 – 7)
Número de horas diárias trabalhadas por servidor	7	Ato TRT9 99/2024
Estimativa Hora-Auditor	1.407	Cálculo (= 201 x 7)
Número de servidores, excluído o dirigente da unidade	6	Levantamento interno
Estimativa Total Hora-Auditor	8.442	Cálculo (= 1.407 x 6)

⁷ Disponível em <<https://www.trt9.jus.br/institucional/calendario.xhtml>>. Acesso em novembro de 2025.



Dessa maneira, foram estimados 1.407 HA por servidor, disponíveis para a execução das atividades previstas no presente PAA, totalizando 8.442 horas de trabalho para o exercício de 2026.

O quadro seguir demonstra os percentuais de alocação de HA para as atividades previstas no PAA, sendo que 5% foram destinados para reserva técnica, que poderá ser utilizado em atividades de gestão, no tratamento de demandas extraordinárias, em ações não previstas neste plano ou no aprofundamento de alguma atividade:

Atividade	% HA Alocado	Nº HA Alocado
Obrigação normativa	14%	1181,88
Interlocução com as EFS	9%	759,78
Avaliação (incluindo auditoria de contas e ações coordenadas)	55%	4643,10
Consultoria ⁸	5,5%	464,31
Monitoramento	4,5%	379,89
Capacitação	7%	590,94
Reserva Técnica	5%	422,10
Total	100%	8.442

8. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que com a realização dos trabalhos previsto no presente PAA sejam alcançados os seguintes resultados, de modo geral:

- Identificação de fragilidades nos controles internos;
- Aprimoramento e aumento da efetividade dos controles internos;
- Aperfeiçoamento de procedimentos;
- Redução do nível de risco de processos críticos;
- Melhoria no processo de gerenciamento de riscos;
- Otimização do investimento de recursos, de modo a gerar maior eficiência administrativa;
- Maior alinhamento entre os processos de negócio e os objetivos e necessidades do Tribunal.

⁸ Nos termos do disposto do inciso III do artigo 19 da Resolução CSJT 282/2021, o percentual de HA adotado para o serviço de consultoria não poderá superar 20% do total de horas destinadas à atividade de avaliação.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA - Ramal: 1116 - auditoria@trt9.jus.br

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresenta-se, com base no exposto, o presente Plano de Auditoria para o exercício de 2026, na expectativa de que a sua execução atinja os resultados esperados, considerando as justificativas, as dificuldades e os riscos a serem enfrentados.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

FABRICIO TEILO DE ARAUJO
Diretor da Secretaria de Auditoria Interna



ANEXO – AUDITORIAS PLANEJADAS (RESOLUÇÃO CNJ 309/2020, art. 38, III)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA	OBJETIVO	RELEVÂNCIA	RISCOS	RESULTADOS ESPERADOS	ESCOPO	EQUIPE
Auditoria integrada (contábil e conformidade) nas demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2025.	Apresentar opinião, por meio da emissão de relatório e certificado de auditoria, com asseguarção razoável, se as demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e o marco regulatório empregáveis e estão livres de distorções relevantes, bem como se as transações subjacentes e os respectivos atos de gestão encontram-se de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos.	<ul style="list-style-type: none">- Obrigação normativa (IN TCU 84/2020);- Promoção da transparência;- Prestação de contas à sociedade.	Demonstrações contábeis apresentarem distorções relevantes que possam interferir na tomada de decisão dos usuários da informação.	<ul style="list-style-type: none">- Identificação de fragilidades nos controles internos;- Aprimoramento dos controles e redução do nível de risco de as demonstrações contábeis apresentarem distorções relevantes;- Otimização do investimento de recursos, de modo a gerar maior eficiência administrativa.	Demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2025 e os atos de gestão subjacentes.	5 auditores
Realizar todos os procedimentos preliminares da auditoria integrada (contábil e conformidade) nas demonstrações contábeis referentes ao	Elaborar os Termos do Trabalho (NBC TA 210), o Entendimento do Objeto no Nível Geral e Específico e a Estratégia Geral de Auditoria, em conformidade com a relevância e os riscos de cada objeto avaliado (NBC TA 300, 315, 320 e 330), com o fim de preparar a auditoria das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2026.	<ul style="list-style-type: none">- Obrigação normativa (IN TCU 84/2020);- Promoção da transparência;- Prestação de contas à sociedade.	Demonstrações contábeis apresentarem distorções relevantes que possam interferir na tomada de decisão dos usuários da informação.	<ul style="list-style-type: none">- Identificação dos objetos materialmente relevantes;- Identificação do nível de risco relacionado às contas (objetos) de maior relevância;- Identificação de fragilidades nos controles internos;- Aprimoramento dos controles e redução do nível de risco de as demonstrações contábeis apresentarem distorções relevantes.	Demonstrações contábeis parciais referentes ao exercício de 2026 e os atos de gestão subjacentes.	5 auditores



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA - Ramal: 1116 - auditoria@trt9.jus.br

exercício de 2026.						
Auditoria sobre a gestão de riscos institucionais.	Avaliar o grau de maturidade do gerenciamento dos riscos institucionais.	Política de Gestão de Riscos e de Continuidade de Negócio no âmbito do TRT-PR (Política 56/2021).	Gerenciamento ineficiente dos riscos institucionais e implantação inadequada de controles internos.	- Identificação de fragilidades; - Aprimoramento dos controles e redução do nível de risco; - Otimização do investimento de recursos, de modo a gerar maior eficiência administrativa.	Gestão dos riscos institucionais de natureza estratégica e respectivos controles.	4 auditores
Ações Coordenadas de Auditorias do CNJ e do CSJT.	A ser definido pelo CNJ e pelo CSJT.	A ser definida pelos Conselhos.	A serem definidos pelo CNJ e pelo CSJT.	A serem definidos pelos Conselhos.	A ser definido pelo CNJ e pelo CSJT.	3 auditores



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região

CÉLIO HORST
WALDRAFF
17/11/2025
TRT9

Vetor nº 360162 - Plano Anual de Auditoria do Exercício de 2026

Despacho Presidência 1014/2025 (ID 16968756)

DESPACHO PRESIDÊNCIA Nº 1014/2025

1. Por meio do Ofício Audint nº 1011/2025 (ID 16968734), a Secretaria de Auditoria Interna, na forma do disposto nos arts. 32, § 1º, II, da Resolução CNJ 309/2020 e 30, VII, da Resolução CSJT 282/2021, encaminha à Presidência, para análise e aprovação, o Plano Anual de Auditoria (PAA) para o exercício de 2026.
2. Informa, ainda, a referida unidade, que o PAA, de acordo com o que dispõem os arts. 32, § 2º, da Resolução CNJ 309/2020 e 30, X, da Resolução CSJT 282/2021, deverá ser publicado na página deste Tribunal na internet após a aprovação.
3. Aprovo o Plano Anual de Auditoria (PAA) para o exercício de 2026.
4. Devolva-se o expediente para a Secretaria de Auditoria Interna para publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

CÉLIO HORST WALDRAFF

Desembargador Presidente do TRT da 9^a Região



Documento "Despacho Presidência 1014/2025", no sistema Vetor, processo "Plano Anual de Auditoria do Exercício de 2026 (Nº 360162)". Para verificar a autenticidade desta cópia, informe o código 2025.YDIQM.VTSYR no endereço eletrônico: https://www.trt9.jus.br/vetor/doc_assinado